

RESENDE (São Martinho de Mouros)

São Martinho de Mouros é uma freguesia do concelho de Resende, distrito de Viseu, e a igreja de São Martinho dista cerca de 9 km da sede de concelho. Para chegar à igreja de São Martinho sair de Resende em direção à estrada N222 e andar durante cerca de 7,5 km. Depois virar à direita e seguir as indicações da igreja de São Martinho, localizada na rua da Calçada.

A igreja tem uma implantação rural rodeada de campos de cultivo e matas e pontuada de habitações rurais. A igreja de São Martinho de Mouros foi erguida em terreno de forte pendente sobre o curso terminal do ribeiro da Bestança, antes de entrar no Douro, num local de encostas abruptas e maciços graníticos. Esta igreja destaca-se na paisagem da serra de Meadas pela sua original fisionomia.

O topónimo “de Mouros” terá sido acrescentado à designação inicial “São Martinho”, provavelmente na época da Reconquista, para designar uma terra ainda em poder dos muçulmanos. Outra versão é adiantada pelo Padre João da Cruz Rodrigues, durante as inquirições paroquiais de 1758. Segundo este pároco, o nome “de Mouros” advinha “de ter sido habitada antigamente pelos mouros, ou da barbaridade dos costumes dos seus habitantes porque [eram] de ordinario, soberbos e altivos”.

A ocupação deste território remonta à época castreja, conhecendo-se diversas inscrições rupestres de carácter votivo deste período, e relacionadas com um possível santuário. São também de destacar os vestígios da permanência romana na região. A via romana que de *Tongobriga* (Freixo) seguia para Viseu tinha uma variante que ia para Lamego e passava em São Martinho de Mouros, depois de atravessar o rio Douro em Porto de Rei.

Em 1057, Fernando Magno, rei de Leão e Castela, auxiliado decerto pelos Gascos e pela população moçárabe local, toma o castelo de Lamego, logo seguido dos castelos de Cárquere



Perspetiva aérea a
partir de noroeste

e São Martinho de Mouros, consolidando a estrutura defensiva da linha duriense, e entregando a sua administração ao Conde Sesnando. Ainda subsistem vestígios da edificação defensiva de São Martinho de Mouros, herdeira de um anterior castro, e onde terá sido erguido o primitivo templo cristão, dedicado ao Salvador, como era comum na época. Para esta ocupação tão remota terá contribuído, certamente, o potencial agro-pastoril do território que permitia o cultivo de cereais e ervas e a apanha de lenha nos matos.

A condessa D. Teresa concedeu foral a São Martinho de Mouros no dia 1 de março de 1121, pelo qual eram confirmados os foros anteriores concedidos por D. Fernando Magno e D. Afonso VI, seu avô e pai respetivamente. Por estas cartas ficamos a saber que os homens podiam dispor livremente da totalidade das suas terras e de metade daquelas de que pagassem ração, o gado não se lhes podia tirar sem motivo e estabeleciam-se as rendas a pagar nas terras reguengas. Estes costumes, conhecidos por "Foros de São Martinho de Mouros" foram examinados e traduzidos de latim para português em 1342, representando um importante corpo de jurisprudência local, pois concentrava as regras do viver comunitário. Este livro, escrito pela ação do corregedor régio Afonso Anes, representava um código escrito que melhor defendia o concelho de São Martinho de Mouros das arbitrariedades senhoriais, reforçava o poder e prestígio dos seus mandantes e consolidava as normas da vida em comum. Em 1513, D. Manuel concede à povoação novo foral. A importância histórica que a localidade assumiu terá justificado a construção de um edifício tão peculiar como a sua igreja românica.

Igreja de São Martinho

UM PRIMITIVO TEMPLO CRISTÃO dedicado ao Salvador terá sido erguido junto à estrutura defensiva de São Martinho de Mouros, que remonta ao período castrejo. Após a tomada do castelo por Fernando Magno de Leão e Castela, em meados do século XI, e a sagração da igreja, fixou-se uma comunidade rural no fértil vale do ribeiro da Bestança. A precoce ocupação do lugar justifica-se pela resposta que o mesmo deu desde logo às exigências da paróquia medieval, nomeadamente a presença do *ager* (destinado ao cultivo), *saltus* ou *souto* (carvalhos e castanheiros, ou seja, as folhosas) e *monte* (para o pastoreio).

Os fatores que condicionam a edificação dum edifício românico estavam bem consolidados neste território: a proximidade de um rio, a orografia do território, o acesso a vias de comunicação, a preponderância de uma determinada linhagem, entre outros. Em particular, na igreja de São Martinho de Mouros, o ambiente da Reconquista refletiu-se na arquitetura, conferindo-lhe um aspeto militarizado e defensivo, ao que Maria Leonor Botelho designou como "igreja-fortaleza". Durante a Idade Média a igreja era encarada como a melhor fortaleza, no caso de ausência de castelo. Lembrem-se as catedrais de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa, situadas em pontos dominantes e com fácies militarizada, não obstante a mesma ter sido profundamente enfatizada durante as intervenções de

restauro que nelas foram feitas sob a alçada da DGEMN. Acrescente-se que este caráter militarizado da igreja de São Martinho de Mouros foi também acentuado em contexto idêntico, pelo que esse aspeto é aqui mais retórico que real. Pelas Inquirições de 1258 é reiterado, pelo juiz da terra, que o rei é o patrono da igreja: *de patronatu ecclesie Sancti Martini de Mauris dixit quod dominus rex est patronus et presentat dicte ecclesie*.

Nas Inquirições Gerais de 1288, ordenadas por D. Dinis, são inquiridas três paróquias do julgado de São Martinho de Mouros. É declarado que, na paróquia de São Martinho, há várias casas de cavaleiros e diversos casais de fidalgos e quintãs honradas.

Segundo o Catálogo das igrejas, mosteiros e comendas elaborado entre 1320 e 1321, a igreja de São Martinho de Mouros foi taxada em 350 libras, na contribuição que D. Dinis ordenou para a Cruzada. No panorama das mais de 120 igrejas taxadas no bispado de Lamego (com uma contribuição total de 36 000 libras), a de São Martinho apenas era suplantada pelas igrejas de São Miguel de Armamar (400 libras), de Santa Maria de Fonte Arcada (400 libras) e pela igreja de São João de Cinfães (500 libras). Dos oito mosteiros taxados no bispado de Lamego, cinco contribuíram com valores superiores ao da igreja de São Martinho de Mouros, nomeadamente São Pedro das Águias (500), Santa Maria de Cárquere (900), Santa Maria

*Alçado oeste**Alçados este e norte*

de Sarzeda e São João de Tarouca, ambos com 3 500 libras, e destacando-se neste quadro o mosteiro de Arouca, taxado em 9 000 libras.

Em 1455, o padroado da igreja de São Martinho de Mouros passa para o segundo Conde de Marialva, D. Gonçalo Coutinho, juntamente com o termo do município e respectivas rendas, tendo regressado à Coroa por ausência

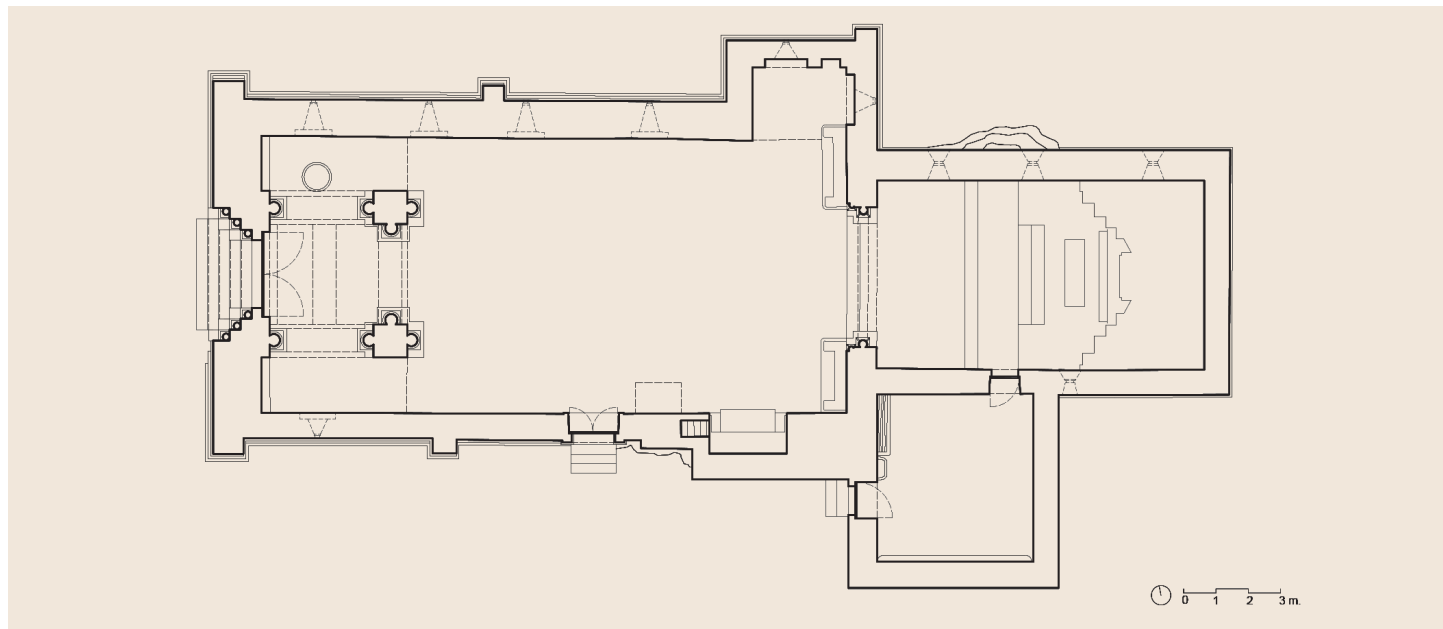
de herdeiros. Em 1542, a igreja e seus rendimentos são entregues à administração da Universidade de Coimbra.

Ao bom modo da época, a igreja de São Martinho de Mouros foi erguida com a fachada principal voltada a oeste e a cabeceira, a este. O seu desenvolvimento é longitudinal, materializado na nave única e na cabeceira retangular, mais estreita e mais baixa que a primeira. Ambos

os corpos têm cobertura de duas águas, foram edificados em aparelho pseudo-isódomo e identifica-se a presença de pedras sigladas ao longo dos seus paramentos, também reaproveitadas nos muros de enquadramento. Em termos volumétricos destaca-se a elevação do primeiro terço da nave, configurando um maciço turriforme.

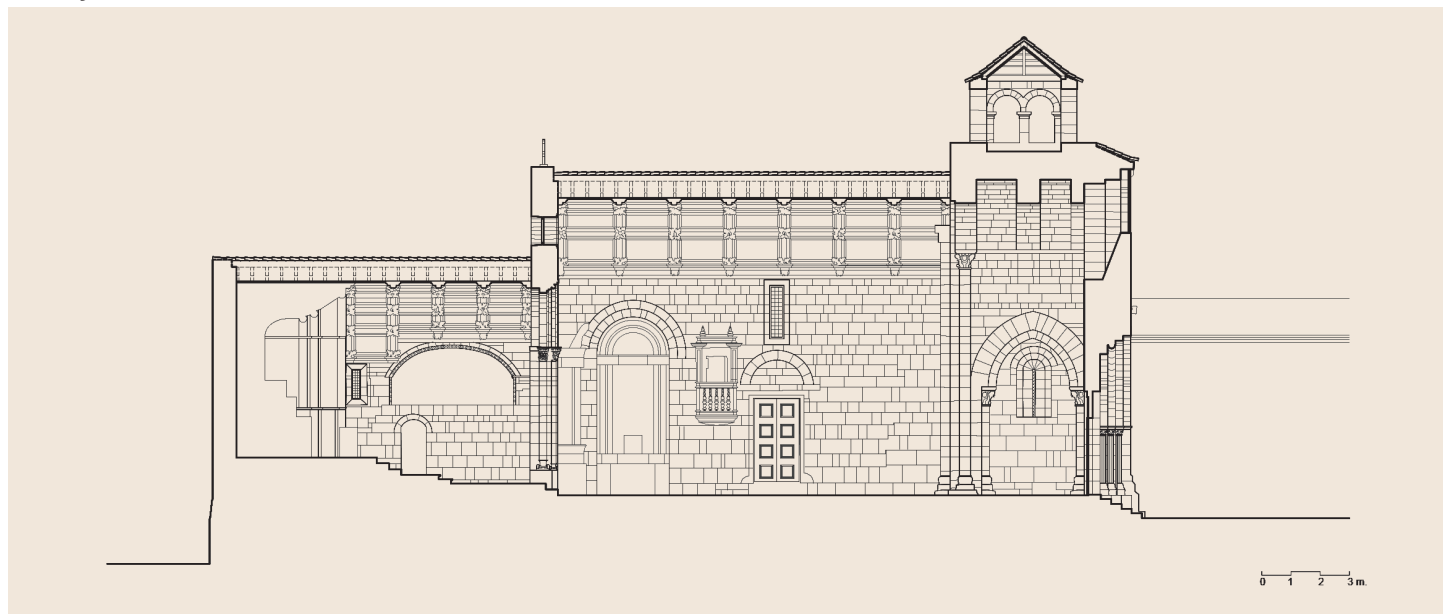
Por esta razão, ao nível espacial, a nave apresenta uma configuração interna muito original no seu primeiro terço, delimitada pela presença de dois altos e robustos pilares, a que se adossam meias-colunas em três dos seus

lados, que definem três tramos delimitados por três arcos torais de volta perfeita, o central mais elevado que os laterais, sustentado por um pequeno arco toral assente sobre mísulas e subindo até ao teto apainelado da nave. Estes tramos, como que formando três estreitas e curtas naves, são cobertos por abobadas de berço, configurando uma espacialidade compartimentada que contrasta com a restante nave, única, coberta com madeira e dotada de uma elevação excecional no panorama da arquitetura românica em Portugal. A cobertura da abside também é em



Planta

Corte longitudinal





Alçado sul do maciço turriforme ocidental. Cachorros

Portal oeste. Pormenor



madeira, formada por um teto de caixotões concebido na época moderna. Corresponde assim este arranjo interno ao maciço turriforme que torna São Martinho de Mouros num exemplar único da arquitetura românica portuguesa. A sacristia, quadrangular, ergue-se a sul, comunicando com a abside.

A parede fundeira da cabeceira é totalmente cega. Nos seus alçados laterais, norte e sul, rasgam-se janelas retangulares que seguramente resultam da ampliação de frestas. Os cachorros são lisos, indício de um prolongamento do *modus aedificandi* românico no tempo, assumindo talvez aqui já um carácter de resistência. Uma inscrição relativa

à Era 1255, ano de 1217, gravada em silhar embutido na face exterior da capela-mor, na parede norte, poderá reportar-se a uma comemoração de uma fase construtiva do templo, como adianta Mário Barroca:

ERA : M^a : CC^a : 2^a : V^a

Por norma, a edificação de uma igreja românica iniciava pela cabeceira, o que permitia que, assim que estivesse concluída, podia celebrar-se aí o culto após a sua dedicação, mesmo antes de começar a construção da nave da igreja.

O ano de 1217 poderá referir-se ou ao início da construção da igreja ou à conclusão da cabeceira, como explica Mário Barroca. Ferreira de Almeida propõe como data de conclusão da nave o segundo quartel ou meados do século XIII, o que coincide assim com o início da edificação do templo no ano de 1217.

Nos alçados da nave rasgam-se estreitas frestas em ambos os lados e os cachorros apresentam uma configuração idêntica à dos da cabeceira. Dois contrafortes, rematados por esbarros abaixo da cornija, sustentam os muros laterais. Apesar da nave não ser totalmente abobadada, podemos compreender o recurso a esta solução estrutural atendendo à presença da tripla abobada no seu primeiro tramo. O portal do lado sul foi atualizado dentro do gosto classicizante da época moderna. Apesar de surgir

emoldurado por pilastras de sabor maneiristas, vemos ainda a cicatriz do seu arco envolvente na espessura do próprio muro. A fresta que o encimava foi substituída por um janelão retangular, dotado de gradeamento. Em ambos os alçados vemos dois corpos avançados e que correspondem a capelas que se rasgam junto da parede testeira da nave para acolhimento de altares com sua máquina retabular. No do lado sul persiste uma cicatriz idêntica à que encima o portal.

O primeiro terço da nave corresponde ao maciço turriforme pelo que é mais elevado e dotado de um outro arranjo. Apresenta uma cornija mais elaborada e que se apoia sobre uma banda lombarda, motivo recorrente em vários edifícios da bacia do Sousa como o Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel), São Vicente de Sousa ou Santa Maria de Airães (Felgueiras). Em São Martinho de Mouros, os arquinhos são sustentados por cachorros com decoração zoomórfica, em forma de cabeças de bovídeos, algumas delas mais acabadas, outras mais esboçadas ou desgastadas. É, ainda, sobre este corpo ocidental que se encontra a torre sineira, também ela compacta, onde se rasgam, de cada lado, dois arcos de volta perfeita para abrigo dos sinos.

O maciço turriforme de São Martinho de Mouros ocupa toda a largura da igreja e, cumprindo as funções de fachada ocidental, forma uma estrutura verticalizante que



Interior. Perspetiva da nave e abside a partir do lado ocidental



Interior. Perspetiva da nave a partir da abside

sobe mesmo acima do nível da nave. A fachada ocidental é escorada por dois contrafortes nos cunhais e que ajudam a sustentar melhor toda esta pesada e maciça estrutura. A cornija sobre arquinhos prolonga-se por toda a fachada, sendo apenas interrompida por uma fresta que se alinha com o portal oeste.

O portal surge rasgado na espessura do próprio muro e teve um alpendre a protegê-lo, que a persistência de quatro cachorros acima deste comprovam. O portal está envolvido por arco com friso de motivos enxaquetados, e formado por três arquivoltas apontadas, definidas por arestas vivas. Na arquivolta central destaca-se um toro diédrico. A sua imposta, ornada com motivos fitomórficos, prolonga-se por toda a fachada. Embora atualmente se encontre aqui um tímpano liso, Vergílio Correia dá-nos notícia de que em 1924 uma larga e grossa pedra de granito estava encostada à frontaria. Com uma cruz gravada ao centro, terá servido de tímpano, certamente pertença deste portal. A escultura dos capitéis, de temática vegetalista



Interior. Capitéis

e antropomórfica, bem presa ao cesto, fala-nos de uma cronologia mais tardia do que aquela que concebeu os capitéis altos da nave, mais túrgidos, ou mesmo os do arco triunfal. Os fustes variam a sua ornamentação entre o facetado e a presença de caneluras. Vergílio Correia afirmou o paralelismo deste portal com o axial de Santa Maria de Almacave (Lamego).

Na primeira fiada de silhares sobre o embasamento, no lado esquerdo de quem observa o portal, vemos gravadas as medidas-padrão do município, nomeadamente a vara (107,5 cm) e o côvado (66 cm). Tal facto é um claro indício de que diante desta igreja de São Martinho de Mouros se realizou, durante a idade média, a feira da localidade.

No interior, a abside apenas mantém a linguagem medieval ao nível dos seus paramentos, em granito aparente. De destacar a presença de amplo arco comunicante com a sacristia, no seu paramento sul, ou seja, do lado da Epístola. Este arco, de volta perfeita, é ornado por motivo de

sabor românico, as meias esferas. O mobiliário litúrgico, a máquina retabular e o arranjo do teto falam-nos já de cronologias e práticas litúrgicas bem mais recentes.

O arco triunfal, apontado e encimado por óculo moldurado, compõe-se de duas arquivoltas assentes em colunelos embebidos no muro, com capitéis também eles decorados, esculpidos num granito de grão mais fino do que aquele que é utilizado no resto da igreja, o que também permitiu um mais apurado e definido tratamento das formas esculpidas. Aqui, aparecem monstros em ato de tragar figuras nuas, que lhes pendem da boca, pendurados pelas pernas, assunto de origem bracarense e também repetido no portal principal e num dos capitéis altos do primeiro tramo da nave. Nas arquivoltas destacam-se toros e, ao modo de arco envolvente, vemos um friso ornado com motivos denticulados. Algumas aduelas têm losangos grafitados. Nas impostas, palmetas relevadas. Todavia, tendo em conta a grande amplitude do vão deste arco triunfal comparativamente aos arcos do primeiro tramo da igreja, arriscamos a propor para o mesmo uma cronologia mais tardia. Com esta proposta é consentânea a presença de cachorros lisos no exterior da cabeceira.

Na nave persiste o granito aparente como testemunho da medievalidade da igreja. Convém notar que durante as intervenções de restauro realizadas nesta igreja na década de 1940, o reboco do interior foi removido procurando, precisamente, acentuar a ancestralidade do granito. Também por essa ocasião, a DGEMN apeou o coro alto que existia no primeiro tramo da nave. É precisamente aqui que a composição do maciço turriforme assume contornos de maior originalidade. Além do arranjo espacial e do sistema de cobertura, já caracterizados, convém destacar agora que as colunas que sustentam os arcos formeiros mostram capitéis esculpidos, onde se observam temas vegetais e antropomórficos. Destaca-se a representação do homem sentado ou a do homem a ser engolido por animais, tema comum ao eixo Braga-Rates. Aqui, o tratamento escultórico do granito assume-se pelo seu aspeto túrgido.

Alexandre Alves Costa questionou se este corpo tão original não poderia corresponder ao início de uma igreja que se queria com três naves e de que só se construiu o primeiro tramo, tendo-se simplificado o resto, reduzindo-o a uma só nave. A presença de impostas, sobre os colunelos embebidos nos pilares, e orientados à nave, parecem indicar o arranque de arcos (formeiros?) que ficaram, portanto, interrompidos. A confirmar-se esta tese, poder-se-ia falar de uma anterioridade deste corpo relativamente ao da capela-mor ou, mesmo, de uma simultaneidade construtiva entre ambos os elementos? Porque é que se entendeu edificar uma igreja com tal programa e dimensões nesta região

duriense? E se assim é, porque será que ocorreu uma tão brusca mudança ao nível do programa construtivo?

O maciço turriforme tem um caráter único no panorama do românico português. Não obstante alguns paralelismos que possam ser estabelecidos em termos formais com igrejas dotadas de corpos turriformes, como Santa Cruz de Coimbra ou São Vicente de Fora em Lisboa, a verdade é que desconhecemos a configuração das soluções adotadas nestas duas últimas por não terem chegado aos nossos dias. O caráter robusto e encerrado desta estrutura é por demais evidente em São Martinho de Mouros, apesar de não surgir ameaçado. Durante a campanha de restauros realizada durante a década de 1940 não se colocaram merlões nesta igreja, não dando continuidade a uma prática que mereceu à DGEMN as maiores críticas, inclusive ao nível político. Não obstante, uma publicação de 1969 que glorifica os castelos de Portugal trata esta igreja em pé de igualdade com estes, assumindo assim o seu caráter militarizado.

Em 1922 a igreja de São Martinho de Mouros foi classificada como Monumento Nacional. A partir de 2010, esta igreja de São Martinho de Mouros passou a integrar a Rota do Românico.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR/MSch
Planos: GM/MS/NB (sobre FSMLR/PA/SIPA-DGPC)

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1971, II, p. 69; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 108; ALMEIDA, F., 1971, IV, pp. 116-119; BARROCA, M.J., 1992a, p. 71; BARROCA, M.J., 2000a, insc. n.º 279 (de 1217), insc. n.º 491 (do [século XIII]); BOTELHO, M.L., 2013b, pp. 448-456; COELHO, M.H.C., 1990b, pp. 17-25; CORREIA, V., 1924a, p. 64; COSTA, A., 1929-49, X, pp. 978-980; COSTA, A.A., 2007, p. 107; COSTA, A.C., 1706-12, II, pp. 361-362; DUARTE, J.C., 1996, pp. 665-737; DUARTE, J.C., 2001, pp. 413-482 e 485-527; GEPIB, 1935-60, XXVII, pp. 559-565; HISPANIA EPIGRAPHICA; MEM. PAROQ. 1758 (2010), pp. 465-467; OLIVEIRA, L.F., 1999, p. 180; PERES, D., 1969; PMH, INQ., p. 990 (de 1258); PMH, INQ., 1288-91, pp. 455-460; ROSAS, L.M.C., 1987, I, p. 4; ROSAS, L.M.C. *et. alii.*, 2014a, II, pp. 55-84; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M.L., 2010, pp. 231-242; SIPA; TOMÉ, M., 1998, II, pp. 73-82; VIAS ROMANAS.